

Infinito pessoal, o *Jano Bifronte* do sistema verbal português

Maria Elisete Almeida

Universidade da Madeira

De todas as formas verbais que constituem a originalidade do português entre as diversas línguas românicas, o infinito pessoal é, efectivamente, a que coloca mais problemas ao linguista e o obriga a rever, não apenas as suas antigas convicções, mas também as suas categorias descritivas e a sua lógica profunda.

Para melhor fazer sentir o carácter original desta forma tipicamente portuguesa gostaríamos de pô-la em paralelo com o infinitivo francês, mais clássico, e que merece mais a apelação de modo impessoal. Como iremos ver, o infinitivo do português está catalogado nas formas nominais do verbo, o que dá lugar a contestações. Mesmo em francês, em que o infinitivo não apresenta flexão pessoal, não é correcto reduzi-lo a uma forma nominal, dado que ele ocupa, muitas vezes, a nível sintáctico, o lugar dum nó predicativo. É o que se passa em francês com os infinitivos das prescrições médicas:

(1) *Prendre un comprimé, le matin, à jeun.*

em que fica claro que o infinito, comutável com o imperativo, assume um papel plenamente verbal e, para além disso, um valor modal. Em empregos deste género, ele merece, perfeitamente, a sua denominação de modo impessoal do verbo.

Em português, acontece a mesma situação com o infinito impessoal, nas prescrições médicas ou nas receitas de cozinha:

(2) *Bater as claras em castelo.*

É claro, num exemplo como este, que a classificação do infinito pessoal como forma nominal é abusiva.

O mesmo se passa, em ambas as línguas, com as formas perifrásticas do verbo que utilizam o infinito impessoal. Numa frase como *Vou partir*, é certo que a flexão pessoal é assegurada pelo auxiliar e não pelo infinito, mas, sintacticamente, o nó verbal da frase é constituído pelo infinito. O problema põe-se, sobretudo, com um verbo de valência três, do tipo de *comunicar* ou *transmitir*. Se eu disser, por exemplo: *Vou comunicar os resultados aos estudantes*, é evidente que o centro organizador da frase é constituído pelo infinito e não pelo auxiliar, que apenas é portador de marcas pessoais e aspecto-temporais.

O que acontece com o infinito impessoal é ainda mais pertinente com o infinito pessoal cuja variação em pessoa torna difícil a classificação tradicional como forma nominal do verbo, como é o caso de Cunha & Cintra: 378.

É verdade que o infinito pessoal pode ocupar sintacticamente uma posição nominal, mas, inclusive neste caso, é abusivo ou redutor querer fazer dele, pura e simplesmente, uma forma nominal.

O que está em causa é a lógica dicotómica das gramáticas clássicas que partem da falsa premissa de que uma forma semanticamente plena é necessariamente nominal ou verbal. É certo que as línguas clássicas favorecem essa classificação dicotómica, na medida em que a flexão nominal e a flexão verbal são muito diferentes, muito mais contrastadas do que nas línguas modernas, em que o verbo e o nome tendem a confundir-se morfológicamente.

Isto não significa que, mesmo nas línguas clássicas, não haja formas que participem das duas naturezas, verbal e nominal, como é o caso do *particípio*, daí a sua apelação. Os gramáticos clássicos tinham tanta consciência da existência original destas formas que fizeram do *particípio* uma classe gramatical à parte, ao mesmo nível que o nome e o verbo. É verdade que a flexão propriamente nominal do *particípio* latino, presente ou passado, legitima a sua catalogação como verdadeira parte do discurso.

Nas línguas modernas, como sabemos, o *particípio* já não é considerado uma classe gramatical *sui generis*, mas um simples modo do verbo. De tal maneira assim é que já não encontramos nas gramáticas um capítulo especial consagrado às formas verbo-nominais, que cumulam traços verbais e nominais em dose variável, consoante os contextos sintácticos. Tais formas – *particípio*, infinito e gerúndio – vêem crescer ou decrescer o seu carácter nominal ou verbal consoante o seu lugar na frase.

Para nos cingirmos apenas ao infinito pessoal, verificamos que o seu papel nominal cresce sempre que ele é precedido de artigo e, nomeadamente, quando ocupa a posição de sujeito, o que não o impede de continuar a ser verbal graças à sua flexão. Inversamente, o mesmo infinito pessoal, utilizado num contexto de subordinação, onde seria comutável com um conjuntivo, torna-se puramente verbal e já não apresenta traços nominais, a não ser o seu lugar após preposição que o faz figurar como um sintagma preposicional.

O que gostaríamos de sublinhar é o *continuum* que vai dos empregos mais verbais do infinito pessoal aos empregos mais nominais, mantendo embora, a diversos graus, a sua dupla natureza verbo-nominal.

À imagem do *Janus bifrons* da tradição latina que apresentava duas faces opostas, uma voltada para o ano que passou, a outra para o que está para vir, donde o nome de Janeiro (o mês de *Janus*), o infinito pessoal do português tem, também ele, um rosto duplo, o do nome, que olha para trás na direcção do artigo que o precede, e o do verbo, que olha para a frente na direcção da flexão que se lhe segue. Isto é particularmente nítido em todos os casos em que o infinito pessoal ocupa uma

posição tipicamente nominal, a de sujeito, sem, no entanto, deixar de revelar o seu carácter verbal através da desinência pessoal:

- (3) *O estarem (eles) aqui não significa que fiquem. → Le fait qu'ils soient ici ne signifie pas qu'ils resteront.*

A melhor tradução, que se afasta bastante do esquema inicial, é, sem dúvida, esta: *Qu'ils soient ici ne signifie pas qu'ils resteront*. Aliás, a mesma estrutura também é possível em português: *Que estejam aqui não significa que fiquem*. Haveria ainda uma outra solução, muito mais explícita: *O facto de estarem aqui, não significa que fiquem*. É provável que este esquema explícito tenha estado na origem da construção *O estarem (...)*. Podemos constatar que o *infinito pessoal estarem* é, simultaneamente, especificado como nome ao apresentar o artigo à esquerda e como verbo, à direita, através da flexão [cf. M.-E. Almeida, 1998a]. É, como já dissemos, um *Jano bifronte*. Esta formação compósita que pode parecer exótica para certos sujeitos falantes cuja língua não possui esta forma, releva, de facto, dum fenómeno de economia; é uma abreviação de: *O facto de (eles) estarem aqui não significa que fiquem*.

Observe-se, agora, um exemplo em que os traços verbais predominam sobre os traços nominais:

- (4) *Expliquei-lhe que o amor acabou, ele ficou triste mas disse que são coisas que acontecem, depois fui pô-lo a casa como de costume e ele deu-me um beijo na testa e pediu-me ficarmos amigos. [I. L. Andrade, 2000: 53].*

Aqui, é possível comutar *ficarmos* e *ficássemos*, na condição de substituir a preposição *para* pela locução conjuntiva *para que*. Tanto num caso como no outro, estamos perante uma subordinada final da qual o infinito pessoal constitui o nó predicativo. É evidente que, aqui, o valor verbal prevalece, largamente, sobre os traços nominais. Na verdade, resta apenas um traço nominal: a colocação da forma *ficarmos* após preposição, pois, como se sabe, o papel das preposições, é o de introduzir, prioritariamente, complementos nominais. Dum ponto de vista sintagmático, o infinito ocupa um lugar nominal, mas, dum ponto de vista sintáctico, assume a função predicativa de verbo.

Mas passemos à outra extremidade do *continuum*, quando o infinito pessoal assume, essencialmente, uma função nominal:

- (5) *Mas q ter acontecido aquele encantamento significava mais que a necessidade de cumprir o impulso natural dum destino biológico (...). [I. L. Andrade, 2000: 126].*

Trata-se, aqui, dum infinito em que a natureza verbal está, morfologicamente, patente, com um auxiliar seguido de participio, mas cujo papel sintáctico é,

claramente, o de um nome, como mostra a presença do artigo *o* e a função sujeito assumida pelo verbo e a sua sequência nominal: *o ter acontecido aquele encantamento*, que funciona como sujeito do verbo *significava*. O que obriga, verdadeiramente, o analista a ultrapassar a dicotomia nome/verbo, é que, apesar da sua posição nominal incontestável, o infinito pessoal não deixa de ser um verbo de corpo inteiro, já que apresenta como sujeito: *aquele encantamento*. É certo que, neste caso, a flexão pessoal não é visível, mas bastaria fazer passar o sujeito para o plural e ela far-se-ia notar: *o terem acontecido aqueles encantamentos*. De notar também, que este sintagma complexo possui, igualmente, uma marca aspecto-temporal de acabado do passado, uma vez que o acontecimento em causa precede, do ponto de vista temporal, a referência passada associada a *significava*. Temos, pois, aqui uma forma muito rica que, sendo nominal a nível da sintaxe da frase, não deixa de ser verbal através de três dos seus traços: aspecto, tempo e pessoa.

Esta reconciliação dos contrários gramaticais é muito difícil de fazer passar em francês, onde o infinito se deixa nominalizar com dificuldade. A melhor tradução parece ser a seguinte: *Le fait qu'un tel enchantement se fût produit signifiait davantage que la nécessité d'assouvir l'impulsion naturelle d'un destin biologique (...)*. Muito menos flexível do que a sintaxe do português, a do francês só pode realizar a translação do verbo para o nome por intermédio duma pesada subordinação, assegurada por uma completiva do nome. Acrescente-se, ainda, que essa construção implica, quase obrigatoriamente, o recurso a um conjuntivo, que pode parecer inesperado, uma vez que nos encontramos perante um factual. É certo que o português resolve este problema de dupla postulação com mais elegância do que o francês.

Na verdade, nesta língua seria possível encurtar o enunciado utilizando uma conjuntiva sujeito: *Qu'un tel enchantement se fût produit signifiait...* Em português, naturalmente que esta solução, embora de mais rara utilização, também é possível: *Que aquele encantamento tivesse acontecido significava...* É precisamente para evitar uma solução mais dispendiosa que o infinito pessoal mostra todo o interesse pela economia que permite realizar.

Isto acontece não apenas com o texto literário, mas também com o texto científico, como é o caso do extracto de um artigo que incide, precisamente, sobre o infinito flexionado:

- (6) *O tomarmos em consideração a correlação «infinito flexionado: acusativo preposicional» pode ajudar a elucidar demais outra forma (...)*. [K.-H. Körner, 1988: 585].

Aqui, o carácter de *Janus* é visível a olho nu com o artigo à esquerda e a flexão pessoal à direita do infinito *tomar*. Como no exemplo precedente, este infinito é integrado num grupo nominal sujeito, do qual é núcleo, o que não o impede de ter uma dupla recção verbal: *Tomar qualquer coisa em consideração*. Neste caso, a tradução francesa é muito mais fácil, já que pode bastar um infinito

clássico: *Prendre en considération (...) peut aider à élucider*. Em português, o infinito impessoal seria igualmente possível, como na maioria dos casos, embora com menos implicação por parte do enunciador no enunciado. Em francês, para tornar pessoal esta implicação, seria preciso utilizar uma subordinação: *Si nous prenons en considération (...) cela peut aider à élucider*. O que se ganha em precisão perde-se em concisão. O milagre do português é poder satisfazer, simultaneamente, estas duas exigências: ser conciso sem deixar de ser preciso.

O infinito pessoal pode ainda assumir uma função de sujeito, sem ocupar, no entanto, a posição, habitualmente, concedida ao sujeito, como no seguinte exemplo:

(7) *O pior era o haver-se demorado com a Maria da Luz*. [I. L. Andrade, 2000: 14].

Temos aqui uma anteposição do predicado: *o pior era* e uma posição remática do grupo sujeito: *o haver-se demorado com a Maria da Luz*. Trata-se, no caso presente, dum infinito composto na voz média. A marca de pessoa não é visível aqui, mas pode ser reintroduzida, facilmente, se mudarmos de pessoa: *O pior era o haver-mo-nos demorado com a Maria da Luz*.

O que gostaríamos de salientar e que choca bastante os não nativos é o carácter invariável do artigo *o*, fixo no masculino e insensível à variação de número do infinito pessoal. Esta invariabilidade prova que ele não funciona, aqui, como um vulgar artigo, mas como um «translateur» [Tesnière, 1959 (1988): 361 e ss.], que permite transformar um sintagma verbal em sintagma nominal.

Note-se ainda que *haver* pode ser comutável com *ter*, se bem que a forma *ter* seja, hoje em dia, mais frequente, sobretudo em Portugal continental. Neste exemplo, é um autor madeirense quem escreve. A prova de que *o haver-se demorado* e o seu complemento de companhia constituem o sujeito é-nos dada pela operação de focalização: *Era o haver-mo-nos demorado com a Maria da Luz que era o pior*. É certo que não há muitas probabilidades de encontrarmos esta expressão, devido ao seu carácter extremamente redundante; no entanto, ela permite-nos verificar que o infinito pessoal está do lado do sujeito e não do lado do predicado. O lugar do sujeito explica-se, ao mesmo tempo, pelo seu carácter remático e pela sua extensão. Mas, teoricamente, também poderia dizer-se: *O haver-mo-nos demorado com a Maria da Luz era o pior*. Embora este tipo de construção, cujo grupo sujeito é enorme e o predicado minúsculo, seja de emprego raro. Tanto o francês como o português preferem, em geral, colocar o sintagma mais longo em posição final. Conservar aquilo que se designa, em francês, de «cadence majeure» que vai dos segmentos mais curtos para os mais longos com um efeito de *crescendo*.

Além disso, enquanto que, em francês, seria necessário recorrer a um sintagma preposicional introduzido pela preposição *de*, o português utiliza uma proposição infinitiva com função de sujeito: *Le pire était d'être resté avec Maria da Luz*. Ressalte-se, no entanto, a seguinte curiosidade: o sintagma preposicional do francês

aceita passar em posição frontal e assumir a função de sujeito: *D'être resté avec Maria da Luz, était le pire / c'était le pire*. Aliás, pode até suprimir-se o *de* inicial, o que permite encontrar um sujeito mais canónico: *Être resté avec Maria da Luz était le pire*.

Façamos, agora, a experiência de traduzir do francês para o português: * *O pior era de haver-se demorado com a Maria da Luz*. É claro que esta estrutura é totalmente agramatical em português.

A prova de que o grupo preposicional francês ocupa, de facto, uma posição sujeito, é-nos fornecida pelo focalizador *c'est...qui*, o que dá em francês: *C'est / c'était d'être resté avec Maria da Luz qui était le pire*. Este tipo de teste não se aplica muito bem ao português. Como interpretar o facto, aparentemente estranho, de um sintagma preposicional assumir uma função sujeito? Isso só é possível se *de* não funcionar, verdadeiramente, como uma preposição. Aqui, *de* aparece, essencialmente, como um nominalizador ou um «translateur», que permite transformar uma proposição infinitiva num verdadeiro substantivo. Portanto, a preposição *de* permite que o infinito se torne num SN em vez dum SP. Enquanto o português nominaliza, com toda a naturalidade, o infinito, através dum artigo definido, que é um instrumento de nominalização em muitas línguas, o francês, que não tem o hábito de nominalizar o infinito através de artigo, consegue a mesma operação com uma preposição que perdeu o carácter preposicional de introdutor de complemento indirecto, o que é, evidentemente, um meio mais complicado e mais difícil de tratar em tradução automática.

Falta-nos abordar o infinito pessoal nominalizado equivalente a um *gérondif* francês. É o que acontece quando o infinito português é precedido dum preposição, que, na nossa língua, desempenha, plenamente, o seu papel preposicional:

- (8) *E como ele nascera do instinto frascário e Maria da Luz possuía «sex-appeal», os dois, a dançarem, atraíam os olhares da assistência* [I. L. Andrade, 2000: 52]. → *Et comme il avait en lui un besoin inné de boire et que Maria da Luz possédait du «sex-appeal», les deux, en dansant, attiraient les regards de l'assistance.*

Vê-se que há, aqui, uma equivalência entre o infinito pessoal precedido da preposição *a* e o *gérondif* francês que, ao contrário do gerúndio, é obrigatoriamente preposicional, mais precisamente, precedido de *en*, única preposição possível. Em geral, este tipo de infinito pessoal é traduzido pelo *gérondif* francês. Sem sair da lusofonia, também é possível substituir-lhe um gerúndio como é, sobretudo, a regra na Madeira e no Brasil. A única diferença é que este gerúndio não é preposicional.

O que acabámos de dizer continua válido quando há aglutinação da preposição e do artigo definido:

- (9) *E as brasas chiavam ao sentirem os pingos da carne tenra e gostosa* [H.

Bento de Gouveia, *Canga*, 1975: 95]. → *Et les braises chuintaient en sentant* (à letra: au sentir-ent) *les gouttes de la viande tendre et savoureuse*.

Precedido de artigo (no caso, *o*, aglutinado à preposição *a*) à maneira dum nome e afectado por uma desinência pessoal (aqui *-em*, marca da terceira pessoa do plural) à maneira dum verbo, trata-se, na ocorrência, dum infinito pessoal sem *nuance* modal.

De tudo o que acabámos de ver podemos concluir que os gramáticos devem assumir uma lógica flexível que transcenda as dicotomias simplistas e admita que os contrários se atraem e, por vezes, se juntam, como a lógica dos físicos o reconhece sem complexos. Assim, se quisermos adoptar este ponto de vista, as coisas tornam-se mais simples: o *infinitivo* deve catalogar-se entre as partes do discurso que designaremos de *verbo-nominais* [cf. M.-E. Almeida, 1998b].

Para falarmos como Aristóteles, estamos perante o «género próximo» – esta forma pertence ao conjunto das formas verbo-nominais – mas convém insistir, agora, sobre a sua diferença específica. Essa reside, evidentemente, na aptidão que ele tem em receber o artigo e em variar em pessoa, sendo esta dupla propriedade simultânea específica desta forma.

Com efeito, o particípio passado, quer variável quer invariável, não aceita nem flexão pessoal nem determinação pelo artigo. Sempre que um particípio passado é precedido de artigo, torna-se num substantivo de corpo inteiro e perde todos os traços verbais. É o que acontece em palavras como *o passado*, *a saída*, etc. O artigo faz-lhes perder *ipso facto* o estatuto verbal. Passa-se o mesmo com o particípio presente quando precedido de artigo: *a estudante*, *o ouvinte*; hoje, são só substantivos e os laços que mantêm com os verbos correspondentes são, apenas, de ordem semântica.

Quanto ao gerúndio, é puramente verbal e não aceita, de modo nenhum, artigo.

Verifica-se, assim, que todas estas formas são especializadas ou como verbais (gerúndio) ou como nominais (antigo particípio presente), mas não acumulam os dois papéis e escapam à dupla pertença.

Quanto ao particípio passado, em certos contextos, é plenamente verbal, como no seu emprego na voz passiva ou nos tempos compostos. Quando é empregue como adjectivo, toma as marcas nominais de género e de número, e deixa de ter um estatuto verbal toda a vez que é comutável com um adjectivo qualificativo clássico, como nos seguintes exemplos: *Avaliar alunos é uma tarefa pesada/difícil*. Em contrapartida, a comutação: *Que fizeste/tens feito?* Faz aparecer o carácter puramente verbal do particípio passado nos tempos compostos.

O infinito impessoal tem um comportamento sintáctico que apresenta certas semelhanças com o particípio passado. À imagem deste, pode ser plenamente verbal nas formas perifrásticas do verbo (vou partir) e, neste caso, nada tem de nominal. Mas inversamente, quando é nominalizado (o passar dos anos), nada tem de verbal, pelo menos no plano sintáctico. Ora verbal ora nominal, nunca é os dois ao mesmo tempo.

Concluimos, assim, que, de entre todas estas formas que oscilam entre um estatuto verbal e um estatuto nominal, a originalidade do infinito pessoal é ser,

simultaneamente, verbal e nominal, tanto a nível morfológico, pela sua flexão, como a nível sintagmático, pela sua proximidade com o artigo e/ou a preposição, como ainda a nível sintáctico, pela sua dupla aptidão em funcionar como nó predicativo organizador duma proposição e como núcleo dum sintagma nominal complexo. Esta junção de traços opostos numa mesma forma é uma das particularidades que mais claramente distingue a língua portuguesa das outras línguas românicas.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M.-E. (1998a), «Particularidades dos falares madeirenses na obra de Horácio Bento de Gouveia». In *Colectânea de conferências, notícias e artigos da 1ª Exposição Bio-bibliográfica na Casa-Museu Dr. Horácio Bento de Gouveia*. Ponta Delgada – Ilha da Madeira.
- ALMEIDA, M.-E. (2000), «L’Imparfait français et l’imparfeito português, prétendus “temps du passé”». In *Actes du XXIIe Congrès de Linguistique et Philologie Romanes*, Bruxelles (1998). A. Englebert et alii (eds). Tübingen, Max Niemeyer Verlag, Vol. VI, p. 7-17.
- ALMEIDA, M.-E. (2000), *La Deixis en portugais et en français*. Louvain-Paris, Éditions Peeters.
- ANDRADE, I. L. (2000), *Porque me lembrei dos cisnes*. Leiria, Editorial Diferença.
- BENTO DE GOUVEIA, H. (1975), *Canga* (3ª ed. Refundida de Ilhéus com uma carta e prefácio de Aquilino Ribeiro). Coimbra, Coimbra Editora.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. F. (1984) (1991) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, Ed. Sá da Costa.
- FONSECA, F.-I. (1994), Gramática e Pragmática. *Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto, Porto Editora.
- KÖRNER, K.-H. (1988), «Infinito flexionado e classificação das línguas». In *Actas do Primeiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (1984), Universidade de Poitiers, p. 579-589.
- MAILLARD, M. (1996), «La problématique des temps verbaux en français et en portugais». *Diversité de ressources et apprentissage pluriel: des atouts pour l’innovation*, n° spécial de Referências / Ressources. Lisbonne, APPF & Service Culturel de l’Ambassade de France.
- MAILLARD, M. (éd) (1998), *La conception métagrammienne du temps verbal. Le Langage et l’Homme*, Vol 33, n° 2-3. Louvain-Paris, Peeters.
- STEN, H. (1973), *L’Emploi des temps en portugais moderne*. København, Munksgaard.
- TESNIÈRE, L. (1959) (1988), *Eléments de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck.
- TOURATIER, C. (1996), *Le système verbal français*. Paris, Armand Colin.
- VOGELEER, S. (éd.) (1998), *Temps, aspect et modalité d’action dans les langues slaves. Le Langage et l’Homme*, Vol. 33, n° 1. Louvain, Éditions Peeters.
- WEINRICH, H. (1964), *Tempus*. Stuttgart, Verlag Kohlhammer, trad. fr., (1973), *Le temps*. Paris, Seuil.